

A LEI

O Que é a Lei?

Tratando-se da “Lei” é bom especificar como a Bíblia se refere a elas, pois existem várias leis e vários significados da palavra “lei”. A lei pode ser *a ordem de eventos* estabelecida (lei da luz, som e da relação entre os elementos químicos). Nesse caso as leis podem ser interpretadas simplesmente como fatos. A lei também pode ser *a força* causadora da ordem de eventos (lei da gravidade, de calor, da eletricidade, do pecado, etc.). A lei também pode referir-se àquilo *que obriga à consciência a moralidade*. Devido a existência de uma norma há a obrigação de se conformar à ela (à lei moral que não é escrita, ou qualquer lei escrita que tem uma operação legítima) - Hodge, V.III, p. 259.

Qualquer que seja a lei, a sua existência implica a existência de alguém que a criou; ou seja, uma inteligência que age voluntariamente com a finalidade de alcançar um propósito. A perfeição das leis naturais (tanto a ordem quanto a força que impulsiona a ordem e aquilo que obriga a consciência à moralidade) revela a perfeita natureza desta inteligência (Rom 7:12; I Ped 1;15,16). Pelo fato de algum poder promulgar uma lei vê-se a autoridade tanto requerendo obediência quanto castigando qualquer desobediência.

Em todos os casos a “lei” é um princípio que age uniformemente, segundo princípios, como doutrina, que podem ser escritos ou não servindo como padrão de crença e ação.

As Leis na Bíblia

Nas Escrituras, o uso da palavra ‘lei’ revela uma manifestação da vontade de Deus (Salmos 40:8). Em hebraico, ‘lei’ significa *instrução* (traduzida como ‘ensinamento’ em Provérbios 1:8) e, em grego, a palavra ‘lei’ significa *costume* ou aquilo que rege a conduta do homem (Hodge, Vol III, p.265).

- A Bíblia - regimento moral por escrito - Salmo 1:2; 19:7-10; 119. “Não seria esta a lei da natureza, que foi escrita no coração inocente de Adão, o qual agora é prejudicado pelo pecado, e tem se tornado imperfeito e insuficiente para alegrar o homem ou guiá-lo à felicidade verdadeira; nem pela lei de Moisés que condena, e opera a ira, acusando o pecado, fazendo-lhe culpado, amaldiçoado e condenado à morte; e portando, não pode alegrar o pecador iluminado, a não ser que esse esteja nas mãos de Cristo, e cumprida por ele, a Quem a lei aponta; e sendo que está escrito no coração do homem regenerado, quem, sendo regenerado, se alegra pelo homem interior, e lhe serve com o seu espírito: mas, são as Escrituras, todas que foram escritas na época de Davi; particularmente os cinco livros de Moisés, que têm o nome da Lei e O Testamento do Senhor; as quais, sendo inspiradas, eram proveitosas e boas para serem lidas, e ouvir as suas explicações; e como eram o gozo de Davi e dos homens do seu concílio (Sal 119:24); também são o gozo de todo o homem bom, tendo nelas muito que se refere ao Messias, a sua graça e reino (Lucas 24:44; Atos 26:22,23). Também, a palavra “lei” em hebraico significa ‘doutrina’, e pode significar doutrina evangélica, como em Salmos 19:7; o Salmo que fala acerca da doutrina dos apóstolos que foram pelo mundo e nesse sentido é usada em Isaias 2:3; 42:4; a doutrina do Messias, que é O Evangelho; e é o mesmo que a lei, ou a “lei da fé” (Rom 3:27). Pode ser chamada da doutrina do Senhor, pois Ele é o seu autor; veio dEle, Ele revelou-a; e Ele é o seu objetivo; concerne a Ele, a Sua pessoa, ofício, graça e justiça; aquela parte publicada no tempo de Davi, foi um som maravilhoso, trazendo boas notícias e boas novas, prazer para todo o homem bom” (Gill, Online Bible, Comentário sobre o Salmo 1:2). Pelo seu efeito na vida do homem a Bíblia é chamada de a “lei da liberdade” (Tiago 1:25).

- Lei da beneficência - regimento moral - Provérbios 31:26
- Lei da fé - regimento moral que se baseia no que está escrito - Rom 3:27. Essa lei é “a doutrina da justificação do pecador pela fé, na justiça de Cristo.” (Gill). Efés 2:8,9.
- Lei da justiça - regimento moral - Rom 9:31
- Lei de Cristo - regimento moral - Gal 6:2. Essa lei é: “a lei de amar uns aos outros (João 13:34,35) qual é oposta à lei de Moisés, da qual os Gálatas judaizares gostaram muito, e pela qual os discípulos de Cristo podem se distinguir dos que são de Moisés, ou de outros. ... é o Seu novo mandamento, que Ele capacitou e autorizou pelo Seu próprio exemplo a morte, pelo seu povo, e qual, pelo Seu Espírito, escreve em os seus corações” (Gill). A Lei de Cristo tem o mesmo regimento moral da “Lei de Deus”. O qual motiva a mudança de nome, de Lei de Deus para Lei de Cristo é o seu manejo, pois a Lei de Deus não relaciona mais Criador e criatura mas Salvador e salvo (Pink).
- Lei de Deus - regimento moral - Os anjos pecaram antes do homem. O pecado constitui-se da “iniquidade” (I João 3:4;5:17) e a iniquidade é definida pelo grego como sendo 1) a condição de estar despojado devido a ignorância ou a sua violação 2) repúdio ou violação da lei, impiedade (Strong’s, # 458 anomia). A Bíblia sempre traduz essa palavra grega como iniquidade (Mat. 7:23; 13:41; 23:28; 24:12; Rom 4:7; II Cor 6:14; II Tess 2:3, 7; Tito 2:14; Heb 1:9; 8:12; 10:17; I João 3:4) ou maldade (Rom 6:19, Concordância Fiel). Em I João 5:17 essa palavra traduzida como “iniquidade” vem de uma palavra grega (Strong’s, #93 adikia) que significa injustiça, 1) de um juiz 2) de coração ou vida ou 3) ação que viola a lei e a justiça. O fato que os anjos pecaram revela-nos que eles também estavam sujeitos a uma lei. Pela natureza da punição entendemos que tratava de uma lei moral e espiritual (Judas 6, “reservou em escuridão e em prisões eternas”). Essa lei é santa e constituída segundo a verdade. Essas qualidades são atributos de Deus. É essa lei que está escrita no coração dos gentios (Rom 2:1-16), os quais não tinham a lei de Moisés. Essa lei é um regimento moral (Rom 7:22,25; 8:7; Neemias 10:28), foi incorporada pela Lei de Moisés (Neemias 10:29) e ainda continuou a existir mesmo depois de Cristo ter cumprido a Lei de Moisés (Rom 7:6,22,25). A “Lei de Deus” pode referir-se também à Palavra de Deus (Josué 24:26).
- Lei de Moisés - regimento por escrito – Essa Lei não se originou em Moisés, mas foi transmitida através dele (Neemias 8:14; João 1:17; 7:19). A lei de Moisés engloba o Pentateuco (os primeiros cinco livros da Bíblia) e é chamada a Lei do Senhor ou de Deus por ser Deus o seu autor (Isa 5:24; Neemias 8:8,18; II Reis 10:31; II Crôn 12:1; Luc 23:24,29). Recebe o nome de a “Lei da verdade” (Mal 2:6), “Lei dos pais” (Atos 22:3), “Lei dos mandamentos” (Efés 2:15) e “Lei do mandamento” (Heb 7:11) por revelar seu atributo, sua natureza e a quem foi dada. Em Romanos 9:31 a lei de Moisés é chamada a “lei da justiça”, porque: “o conteúdo dela é justiça, e também a sua natureza; e porque obediência perfeita à ela é justiça” (Gill). Veja também a seção ‘O Decálogo e a Lei’.
- Lei do Espírito - regimento moral - Rom 8:2. “ é chamada “lei” por se tratar de uma doutrina, possui uma ordem e como uma corrente, tem elos de verdades, e tem o mesmo significado da palavra hebraica e às vezes é usada em referência ao Evangelho (Isa 2:3; 42:4; Rom 3:27). Pode ser chamada a lei ou a doutrina “do Espírito”, porque o Espírito é o autor do Evangelho, e é Quem O capacita fazendo que Ele seja eficaz para o bem nas almas. Pela doutrina, O Evangelho, através do Espírito de Deus, é transmitido ao coração; e a substância da doutrina são as coisas espirituais trata-se da “lei do Espírito da vida” pois essa lei descobre o caminho da vida e salvação por Cristo; é o meio de vivificação dos pecadores mortos; e opera neles fé, pela qual vivem em Cristo” (Gill).
- Lei do Governo Civil - regimento por escrito - Daniel 6:8; Rom 13:1-7; Ezra 7:26; Esser 4:11. Lei dos judeus, Atos 25:8
- Lei do meu entendimento - regimento moral - Rom 7:23. O John Gill diz sobre essa lei: “querendo entender que a “lei do meu entendimento” é. É a lei de Deus escrito na sua mente na conversão, aquela que era gozo para ele, e a serviu com o seu entendimento, que foi renovado com o Espírito de Deus; ou é a nova natureza nele, o princípio de graça que foi operado no seu entendimento, e chamada “a lei” por que era o princípio que governa ...”
- Lei do pecado - regimento imoral - Rom 7:23, 25; 8:2

- Lei dos Pais - regimento moral - Provérbios 3:1; 4:2; 6:20,23; 7:2: Lei da mãe - Prov 1:8; 6:20.

O Decálogo e A Lei de Moisés

A Bíblia, ao referir-se a lei de Moisés, não faz distinção entre lei “moral”, “cerimônia” ou “civil” mas somente: “lei”, “lei do Senhor” e “lei de Moisés”. Sendo assim podemos entender que o chamado, popularmente, “O Decálogo” é apenas parte da lei, não “a lei” em si. Há muitos que querem distinguir o decálogo como sendo a parte mais importante da lei, a parte moral, e as outras partes, as cerimônias ou civis, inferiores. Essa distinção popular não é bíblica. O decálogo, os dez mandamentos, não são a única moral contida na lei, porém, é parte do que foi dado a Moisés, no monte, escrito pelo dedo de Deus, e, é parte do que foi dado pela inspiração e escrito pela mão de Moisés (Canright).

Deve ficar claro que a lei tem as partes morais, cerimônias e partes civis. Essas partes, em si, não são distinguidas como sendo maiores ou menores que a “lei”, mas, contrariamente, a própria lei. A parte cerimonial (sacrifícios) é chamada “lei” (Lucas 2:27). A parte moral é chamada “lei” (I Timóteo 1:9). A parte civil é chamada “lei” (Atos 23:3).

A Bíblia refere-se à lei como sendo os cinco livros do Pentateuco. A expressão “A Lei”, na Bíblia, geralmente refere-se a Lei Mosaica, ou ao Pentateuco” (Dicionário Smith, citado por Canright). Podemos compreender isso melhor comparando os demais livros da Bíblia com o Pentateuco. Dessa forma ficará fácil enxergar o Pentateuco como sendo a lei. Gênesis é a lei (I Coríntios 14:34; Gênesis 3:16); Êxodo é a lei (Romanos 7:7; Êxodo 20:17); Levítico é a lei (Mateus 22:39; Levítico 19:18); Números é a lei (Mateus 12:5; Números 28:9) e Deuteronômio é a lei (Mateus 22:36, 37; Deuteronômio 6:5).

As Limitações da Lei

Existe limitações importantes na lei. Esse assunto é uma importante consideração para os que querem depender da lei para a sua justificação eterna ou mesmo para os que usem a lei como modelo de vida. O que diz a Bíblia sobre a lei? Ela nos mostra que ela é limitada, por isso aponta a Cristo Quem é perfeito e o único que pode nos aperfeiçoar.

A Lei não pode:

- nos justificar, mas Cristo pode - Atos 13:38,39; Gal 2:16
- nos livrar do pecado e da morte, mas Cristo pode - Rom 8:2,3. A falha não está na lei mas na carne.
- nos livrar da condenação, mas Cristo pode - Rom 8:1-4
- nos livrar da maldição, mas Cristo pode - Gal 3:10-14
- nos remir, mas Cristo pode - Rom 3:24-31; Gal 3:13,14
- nos dar herança, mas fé em Cristo pode - Rom 4:13,14
- nos aperfeiçoar, mas Cristo pode - Heb 7:19, 25; 10:1-10
- controlar o pecado no homem, mas Cristo pode - Rom 7:7-25; 8:2
- capacitar o homem à obediência, mas Cristo pode - Heb 7:18; Fil. 4:13

Não devemos achar, pelas limitações citadas, que a lei não é boa ou que não teve utilidade nenhuma. Ela é útil mostrar a necessidade do homem ser santo para chegar às bênçãos de Deus e por isso foi chamada a “lei da justiça” (Rom 9:31). Pela lei sabemos que somos pecadores (Rom 7:7) e que Deus é santo pois “a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom.” (Rom 7:12). Todavia ela rege sobre o homem que é carne (Rom 8:3), incapaz (Rom 8:7,8), morto em pecados e ofensas (Efés 2:1). Portanto a lei é limitada pela impiedade do pecado existente no homem. É essa limitação que

revela a necessidade de um salvador. Assim é apontada a pessoa de Cristo (Gal 3:13). O pecador, pela fé em Cristo, tem a justificação que a lei não pode trazer devido a fraqueza da carne (Rom 8:3,4; Gal 3:21,22). Está em Cristo?

A Natureza da Lei de Moisés

- A Israel, Nacional - Êx. 19:3, “Assim falarás à casa de Jacó, e anunciarás aos filhos de Israel” (Rom 9:4,5)
- Secundária - A promessa veio em primeiro lugar; a lei veio depois. Cristo foi prometido como Salvador (Gên. 3:15) e a Abraão foi prometido ser uma grande nação (Gên. 12:1-3) antes que a lei foi dada. É estimado que a primeira promessa de Cristo veio uns dois mil anos antes de Abraão. Sabemos que de Abraão até a lei foram quatrocentos e trinta anos (Gên. 15:13; Êx. 12:40; Gal 3:17). A lei foi dada uns mil e quinhentos anos antes de Cristo (Bíblia Vida). A promessa de Cristo foi primeira e não foi invalidada pela lei de Moisés (Gal 3:16-18). Fé em Cristo é maior da lei (Gal 3:26-29).
- É Servidão - A lei de Moisés rege pelas obras e quem se submete à ela, é obrigado a viver por ela (Gal 3:12). Gálatas 4:21-26 descreve a diferença entre as obras da lei e a fé em Cristo. Uma é para servidão (a lei) e outra para liberdade (a promessa, Cristo). Pela assembleia em Jerusalém Paulo estabelece, quem está em Cristo é livre das obras da lei (Atos 15:1-10).
- Temporária - A lei tem as suas qualidades gloriosas (ver a seção “O Propósito da Lei de Moisés”) mas, permanência não é uma delas (II Cor 3:11). Quando o propósito da lei fosse cumprido terminaria a sua existência (Gal 3:23-25). Por Cristo ser maior que a lei, ela foi abolida quando Cristo morreu (Lucas 23:45; Heb 6:19; 9:3; 10:20; Col 2:14-17; II Cor 3:16,17).
- Simbólica - A lei mostrava “as sombras das coisas futuras” (Col 2:17; Heb 10:1) que eram “celestiais” (Heb 8:4,5). O proveito do estudo da lei é pelo conteúdo dela mostrando as coisas futuras e celestiais (Cristo).
- Imperfeita - O que limitou a lei era a fraqueza do homem por causa do pecado (Rom 8:3,4). É nesse entendimento que a lei é repreensível (Heb 8:7-13; Jer 31:33,34), imperfeita ou algo que se pode tornar velho. Se pode envelhecer ao ponto de precisar uma Nova Aliança, é imperfeita. A lei não pode fazer ninguém perfeita (Rom 3:20), mas, pela Nova Aliança (Cristo) vem a perfeição (Col 2:9-12). A imperfeição e a limitação da lei é entendida em que ela não pode tirar os pecados (Heb 10:4). O que é perfeito é Cristo (II Cor 5:21) e pela fé nEle vem a justificação (Gal 3:24; Rom 5:1,2; 8:1,2) e todas as bênçãos celestiais (Rom 4:13,14; 8:17; Efés 1:3).
- Terrena - A Lei cuidava do homem somente enquanto estava no mundo. Não dava esperança de receber galardões futuros (celestiais) ou de escapar a maldição eterna. Existia bênçãos enquanto obedecia ou maldição se desobedecia, mas, essas bênçãos ou maldições eram recebidas em vida na terra (Deut 28). Não trouxe vida ou morte eterna, mas, prometia condenação (II Cor 3:7-11). A lei não é da fé (Gal 3:12). A fé nos dá herança na salvação (Efés 2:8,9).

O Propósito da Lei de Moisés

- A Lei de Moisés mostra principalmente como Deus é santo (Rom 7:12 - Crisp). Ela reflete a santidade de Deus e que o homem que quer chegar a Deus deve ser obediente em tudo e limpo de toda imundícia. Nisso se entende a natureza santa de Quem deu a Lei de Moisés. Pela lei estipular um “Não” à qualquer coisa (Êx. 20:10, 13-17), a sua moralidade é vista. Os absolutos morais estão estabelecidos e conhecidos pela lei. Aquele que não responda favoravelmente a eles é condenado e aquele que responda favoravelmente é abençoado. Essa lei santa e moral de Deus é o que está escrito nos corações de todos os povos (Rom 2:14-16). Quando se considera o sofrimento que era necessário para Cristo padecer (Luc 9:22), as feridas reais que Cristo levou (João 19:1-30) e como Deus moeu o Seu Unigênito (Atos 2:23; 4:27,28) pode entender um pouco mais a santidade de

Deus. Levou tal sacrifício para lavar o pecador ao ponto de chegar a Deus (João 14:6). A Lei, pela sombra dos bens futuros (o sacrifício de Cristo) revelava essa santidade de Deus (I Ped 1:16).

- Além de mostrar a santidade de Deus o propósito da Lei de Moisés era reger a nação de Israel civicamente (Deut 4:14; 5:1-3; Malaquias 4:4; Rom 9:4;). Até Sinai, Israel era misturada entre as outras nações e sujeitas às leis daquelas nações. Com o povo de Israel saindo do Egito, pela mão de Moisés, e caminhando para a sua terra prometida, Deus os preparou para ter as suas próprias leis civis como uma nação separada de todas as demais. Por isso a Lei de Moisés é nacional, secundaria, a servidão e terrena (Veja a seção: Natureza da Lei de Moisés). Ela era para governar Israel civicamente como uma nação teocrática (Êx. 20:2-7, “Eu sou o SENHOR teu Deus”). A lei moral e espiritual que existia antes de Moisés continuava pela Lei de Moisés e continua até hoje (Mar 12:28-34, “Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração ... e ... Amarás o teu próximo como a ti mesmo”).
- A Lei de Moisés foi dada para o homem entender a iniquidade do pecado e restringi-lo do pecado (Rom 5:13,20; 7:12,13). A Lei de Moisés não foi dada para o homem justo. O homem justo já obedecia a lei de Deus que é espiritual e moral, e, assim, cumpria tudo o que uma lei civil podia pedir. Coincidentemente, quem cumpria a lei espiritual e moral também cumpria os princípios do evangelho do Novo Testamento. A Lei de Moisés foi dada para o homem injusto (I Tim 1:9-11; Gal 3:19). Quanto mais a Lei de Moisés for aplicada mais o homem se vê transgressor (Rom 7:13).
- A Lei de Moisés aponta ao Salvador, Jesus Cristo. O homem, pela lei, se viu pecador maligno (Rom 7:13-17), e, como pecador, deve se ver fraco e uma pessoa condenada necessitando um salvador. O Salvador a qual a lei aponta é Cristo (Gal 3:24,25; João 1:29; Heb 10:1-10). Quanto mais a Lei de Moisés condenava, mais é vista a graça de Deus em Jesus (Rom 5:20).

Portanto, não há perigo nenhum pregar a Lei de Moisés em todas os seus propósitos. A santidade de Deus será entendida, o equilíbrio das leis cívicas serão aceitas, a impiedade do pecado será estabelecida e a graça de Deus será fortemente declarada. O que não precisa ser feita é usar a lei pelo propósito da qual ela não foi entendida (nos justificar).

O Uso da Lei nos Dias Atuais

Aquele que Deus é influi naquilo que Ele faz e deseja. Ele não pode agir contra o Seu próprio desejo ou natureza (Heb 6:17,18). Por Deus ser **perfeito e eterno**, Ele tem um *eterno propósito* ou decreto (Rom 8:28; Efés 3:11, “eterno propósito”). Deus não tem vários planos temporários mas um plano que Ele revela em maneiras diferentes pelos séculos. Também por Deus ser **santo** (I Sam 2:2; Isa 6:3), Seu propósito eterno é *perfeito e santo*. Por isso Deus não precisa de um plano de reserva pois o propósito (usado no singular) é perfeito. Pela vontade santa e eterna, Deus faz **todas** as coisas (Efés 1:11). Do começo da eternidade até o fim da eternidade todas as coisas que venham a acontecer são pela vontade de Deus. A santidade de Deus e a Sua qualidade de ser eterno indica que Deus nunca mudará (Mal 3:6). Por isso o Apóstolo Paulo escreve aos Romanos que “tudo o que dantes foi escrito, para nosso ensino foi escrito” (Rom 15:4). Se a vontade de Deus não muda, o Seu eterno propósito é santo e perfeito, e, se as Escrituras Sagradas foram produzidas para o nosso ensino; então há uso da Lei de Moisés ainda nos dias atuais. As cerimônias, estatutos, julgamentos e princípios da Lei de Moisés são proveitosas e boas, se usadas “legitimamente” (I Tim 1:8).

Pela Lei de Moisés somos ensinados que *Deus é soberano* (Deut 6:4; Êx. 20:1,2). Por Deus ser o soberano criador Ele tem direito de ser adorado singularmente por todos (Apoc 4:11; Sal 86:9). Por Deus ser santo Ele tem merecimento de ser adorado como o Soberano (Apoc 15:4). Por Deus ser

soberano Ele tem a dignidade e poder para ser temido por todos (Sal 89:7; Luc 12:5). A Lei de Moisés mostra que Deus é soberano (Êx. 20:1-3) e por isso é proveitosa a lei ainda hoje.

A Lei de Moisés nos instrui que o soberano *Deus deseja ser glorificado acima de tudo* (Êx. 20:2-7). Deus é glorificado pela obediência rígida da sua lei (Num 20:12; Lev 10:1-3; Ecl 12:13). Se olhássemos à Lei de Moisés para entendermos que Deus é zeloso (Êx. 20:5; 34:14; Deut 4:23-26) seremos sábios. Essa sabedoria é pela instrução da Lei de Moisés e assim revela que a lei é benéfica para hoje.

Pela Lei de Moisés devemos ser conscientizados que *Deus é santo*. Se Deus é santo, a Sua lei é também (Neemias 9:13; Rom 7:12). Pela santidade da lei, Moisés anima o povo a obedecer a lei e amar Deus como Soberano (Deut 4:8). O Salmista nos diz que a “lei do SENHOR é perfeita” e por isso guardar a lei traz “grande recompensa” (Sal 19:7-11). A santidade de Deus é razão suficiente a procurar proveito na Lei de Moisés ainda hoje.

Pela Lei de Moisés percebemos que *o homem é impiamente pecaminoso*. O proposto da lei é revelar ao homem que ele é pecador por transgredir o desejo do Deus soberano e santo. Sem uma lei, não há transgressão (Rom 7:8, “sem a lei estava morto o pecado”) mas com esse ‘conjunto de normas’ (o significado da palavra ‘lei’ segundo o dicionário Aurélio) o pecado é entendido em toda a sua malignidade (Rom 7:9,13; I Cor 15:56; Tiago 2:9). O homem que usa a lei para se conhecer, será convencido que ele é um transgressor diante de Deus. Esse que usa a Lei de Moisés como um espelho entenderá que o Deus soberano e santo é justo em derramar toda a Sua santa ira sobre homem transgressor (João 3:36). Se a Lei de Moisés mostra o homem como ele é verdadeiramente conhecido diante de Deus (Sal 14:3,4; 53:2,3; Rom 3:10-23) e se o homem ainda é pecador nos dias atuais, a Lei de Moisés é proveitosa agora.

Pela Lei de Moisés entendemos *a justiça de Deus*. O delito, mesmo que seja mínimo, tem que ser retificado pois aquele que “tropear em um só ponto, tornou-se culpado de todos” (Tiago 2:10). Mesmo que haja perdão com Deus, a lei é clara que “ao culpado não tem por inocente” (Êx. 34:7; Naum 1:3). A santidade e a perfeição de Deus pede a condenação do pecado e o poder de Deus garante a aplicação dessa condenação. Sem a Lei de Moisés revelando a justiça de Deus, a própria ira de Deus derramada em Cristo e a razão do Evangelho têm menos sentido. Se a justiça de Deus não seja percebida, o pecador terá uma compreensão menos clara da sua impiedade. A Lei de Moisés ensina que somente pelo sangue existe remissão (Heb 9:22). Sem a observação exata requerida pela lei a alma pecadora seria “extirpada do seu povo” (Lev 7:20,21; 18:29; 20:18; Num 15:30). Pela Lei de Moisés revelar a justiça de Deus claramente e pelo homem ser ainda pecador, o proveito da Lm é evidente para os dias de hoje.

Pela Lei de Moisés entendemos *a equidade nas leis civis*. É verdade que a Lei de Moisés serviu para a nação de Israel literalmente (Deut 6:4, “Ouve, Israel, o SENHOR nosso Deus é o único SENHOR”). Mas nem por isso a lei não é proveitosa para outras nações. Quando as leis civis tomam a Lei de Moisés como exemplo, a justiça reinará abertamente. Mais perto uma nação esseja aos princípios da Lei de Moisés menos tolerante às tolices em todos os níveis da sociedade fica. Ainda é uma verdade que a nação cujo Deus é o SENHOR, é bem aventurada (Sal 33:12). A lei pede amor uns aos outros (Rom 13:8-10; Gal 5:14; Tiago 2:8), salário justo para quem trabalha (I Cor 9:7-10), posição de submissão das mulheres diante dos homens (I Cor 14:34) e o respeito que filhos devem ter para com os pais (Efés 6:1-3). O tratamento da Lei de Moisés diante do criminal, o pobre, o desamparado, o surdo e o cego, a higiene, o casamento, os empregados, o comercio, etc., faz sentido para qualquer povo. A tendência do homem é se afastar de Deus em vez de reter os Seus princípios santos e assim trazer para ele em particular, e à sua sociedade em geral, o fruto da carne (Gal 5:19-21). A equidade civil que a Lei de Moisés promove faz com que ela seja proveitosa nos dias de hoje.

Pela Lei de Moisés compreendemos que *Deus é gracioso*. As lavagens, consagrações, holocaustos, ofertas e os princípios da lei tudo apontam à santidade de Deus e como um homem pecaminoso pode se aproximar a esse Deus santo. A Lei de Moisés, pelas sombras e simbologia dela, apontava os “bens futuros” (Heb 10:1) que é o Cristo Jesus. A lei providenciou a remissão dos pecados assim mostrando a graça de Deus em fazer salvação. Mas a remissão que agrada Deus é somente pelo sangue (Heb 9:22). Por a lei apontar a Jesus João Batista, quando viu a Jesus, que vinha para ele, disse, “Eis o Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo” (João 1:29). As Escrituras apontam exclusivamente a Cristo como sendo o sacrifício verdadeiro que as sombras da lei apontavam (Heb 9:23-28; I Ped 13-23). Enquanto a lei mostra a abundância do pecado no homem, ela também revela a graça de Deus que superabunda por Jesus Cristo (Rom 5:18-21). Por causa da Lei de Moisés revelar claramente a graça de Deus em Cristo ela é proveitosa em qualquer tempo.

Já se julgou pecador culposo pela lei justa de Deus? Já clamou pela misericórdia de Deus? A Sua misericórdia é vista claramente no Seu filho Jesus Cristo. Pede perdão pelos seus pecados dependendo de Cristo como o sacrifício suficiente que Deus deu para todo pecador que se arrependa verdadeiramente. Não busque a sua própria justiça em qualquer outro plano, crença ou pessoa. Somente por Cristo temos a plena justiça de Deus (I Cor 3:11; II Cor 5:21).

CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS SOBRE A LEI

A Vida Cristã e a Lei de Moisés

Há utilidade da Lei de Moisés para o crente que está esperando em Cristo para toda a sua justificação? A liberdade Cristã é libertinagem Cristã? Devemos ou não obediência à Lei de Moisés? Se passou a Lei de Moisés, existe uma lei para o crente nos dias atuais? Se não passou a Lei de Moisés devemos ainda respeitar a cerimonia que a lei pede?

Pela Palavra de Deus podemos afirmar que o crente não tem mais uma obrigação à Lei de Moisés. A Lei de Moisés era à nação de Israel e não ao gentil. A lei era simbólica e não o atual. A lei era temporária apontando ao eterno: Jesus Cristo. Cristo cumpriu a lei sendo aquele que a lei simbolizava e apontava (Gal 3:24,25). Pela fé em Cristo, e não pela lei, o crente tem a justiça de Deus (Rom 3:21-24; II Cor 5:21), paz com Deus (Rom 5:1,2), vida eterna (João 3:16; Rom 6:23; Efés 2:1), uma herança incorruptível (Rom 8:16,17; I Ped 1:3-9), bênçãos eternas (Efés 1:3) e capacidade de agradar a Deus nesta vida terrena (Fil. 4:13; Tito 2:12-14). A Lei de Moisés cumpriu o seu propósito.

Ao mesmo tempo que afirmamos que o crente não tem obrigação à Lei de Moisés, devemos entender que o Cristão tem uma lei sobre ele. O crente não está sem lei. Mesmo que Cristo é toda a justiça para o crente ainda há lei sobre o Cristão. A diferença está *qual* lei rege sobre o Cristão e não se *tem ou não tem* uma lei. O soberano Deus não muda (Malaquias 3:6; Tiago 1:17) e podemos saber que desde o princípio, mesmo antes do pecado, Deus estipulou a lei que regia (Gên. 1:26; 2:17). Depois que Cristo cumpriu a lei (Mat. 5:17; João 19:30), e nisso, desfez, a lei dos mandamentos (Efés 2:15), a “justiça da lei”, que era incorporada na Lei de Moisés, agora rege no crente. O crente pratica essa “justiça da lei” (que é igual à “lei de Cristo” - I Cor 9:21) pelo Espírito que está nele (Rom 8:3-5). É o Espírito Santo que leva o crente à santidade e, por causa da presença dEle, o crente deve e pode deixar o pecado (Efés 4:17-32; Prov. 4:18; I João 2:1-7; 3:1-11).

Não há obrigação, ou servidão, nesta lei de Cristo. Todavia há uma boa lógica de bom senso que afirma que na presença da lei há uma racionalidade de amor que ensina o nosso dever espiritual (Rom 8:12-16; 12:1-3; 6:17,18; Col. 3:1-25). A importância desta “lei de Cristo” (I Cor 9:21) não é

que ela é a nossa justificação diante de Deus, mas, que por ela, os Cristãos, andem em santificação *diante dos homens* para serem tessemunhas para glória de Deus (Rom 6:22; 8:4; Mat. 5:13-16; Atos 1:8).

A Lei e a Graça

João 1:17, “Porque a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo.”

Por causa de João 1:17 um pensamento surge que sugestiona a lei e a graça são dois sistemas separados e contrários ou contraditórios de um e outro. Há confusão sobre se antes do tempo de Cristo ministrar na terra existia a graça de Deus. A força da dúvida pode até sugestionar a salvação no Velho Testamento era pelas obras da Lei de Moisés e no Novo Testamento a salvação é pela fé em Cristo.

A verdade é que com Deus “não há mudança nem sombra de variação” (Tiago 1:17; Mal 3:6; Heb 1:11,12; 13:8). Em qualquer época, a verdade eterna é: se existe salvação existe a graça de Deus. Sem a graça de Deus não há salvação (Efés 2:8,9). Disso podemos entender, se houve salvação no Velho Testamento, houve graça também.

A graça que veio por Cristo não foi para destruir a lei ou os profetas, mas para a cumprir (Mat. 5:17). Pela fé em Cristo Jesus a lei é estabelecida porque a lei simbolizava a graça e apontava a Ele (Rom 3:21-31). O fim, quer dizer o alvo, propósito, finalidade ou objetivo (“fim” no grego # 5056, Strong’s), da lei era Cristo (Rom 10:4) e não contraria a Ele. A lei sempre estava no coração de Cristo e Ele a amava pois a Lei revela o desejo de Deus (Sal 40:6-8; Heb 10:3-12). A Lei de Moisés e a graça por Cristo não são opostos, mas, duas partes de um mesmo sistema (citação de Dr. McNichol por Pink, p. 3). A lei apontou a Cristo, e, Cristo cumpriu a lei (Gal 3:21-26).

Na verdade, o Velho Testamento é cheio de graça e o Novo Testamento é cheio de lei. A lei simbolizava a graça pela cerimonia dos holocaustos e oblações e Cristo é a graça de Deus da qual a lei simbolizava (Heb 10:1-10). A graça veio, não em oposição à lei, para oferecer outro plano, mas para satisfazer os requisitos da lei e mostrar por Quem as suas obrigações estão cumpridas. Por isso João 1:17 estabelece que a verdade (o atual a qual a lei apontava) veio por Jesus Cristo (Gill). O crente em Jesus Cristo cumpre tudo que a lei apresenta quando vive pelo Espírito para a honra de Deus por Cristo (Rom 8:4; Gal 5:16-18; 6:14-16).

<p>O que precisa ser estabelecida na vida não é a cerimonia da Lei de Moisés mas Cristo Jesus pela fé.</p>
--

A Letra da Lei e o Espírito da Lei

Romanos 7:6, “Mas agora temos sido libertados da lei, tendo morrido para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito, e não na velhice da letra.”

II Cor 3:6, “O qual nos fez também capazes de ser ministros de um novo testamento, não da letra, mas do espírito; porque a letra mata e o espírito vivifica.”

Como já tem sido estabelecido, Deus não muda (Tiago 1:17; Mal 3:6; Heb 1:11,12; 13:8). A intenção de Deus sempre é ser visto e amado como Deus. A primeira aliança, com Abraão (Gên. 17:7-9) tinha a finalidade de Deus ser posto por Deus entre o Teu povo. O SENHOR comunicou ao profeta Jeremias esse mesmo desejo (Jer 9:23,24) assim revelando o intento de Deus ser amado e louvado como o único vivo e verdadeiro Deus (Deut 6:4,5; Mar 12:29,30; Isa 45:22-25). Quando Jesus ensinou os discípulos a orarem ensinou-os a amar e louvar o Senhor Deus (Mat. 6:9-13). A própria vida de Jesus declara claramente como amar a Deus (João 5:30; 17:4).

Como temos estudado (veja as Limitações da Lei e O Propósito da Lei) a lei veio, entre outros aspectos, revelar ao homem o seu estado de pecador e que o pecado se fizesse excessivamente maligno, ou seja, a completa falta da glória de Deus (santidade) diante de um Deus Santo (Rom 7:7-13).

Se qualquer olhar à letra da lei (o que é escrito) como uma finalidade em si, quer dizer, crer que não existe uma intenção maior na lei além de ser obedecida exteriormente à risca, o espírito da lei (o que a lei intenta) será perdido e ficará desobediente à lei (Rom 2:25-29).

A Letra da Lei

A letra da lei (a cega obediência à todas as cerimônias) mata (II Cor 3:6) pois pelas obras da lei o pecado é conhecido e somos convencidos excessivamente malignos (Rom 7:6-13). Pela observação de tudo o que a lei diz (a letra) o pecado é conhecido (Rom 3:20) e entendemos a devida posição nossa sob a ira de Deus (Rom 4:15; João 3:36). A observação das obras da lei (a letra da lei) leva à maldição e nunca pode nos livrar dela (Gal 3:10,11).

A verdade que devemos entender plenamente é que pela letra da lei somos mortos ao intento da lei, ou ao espírito da lei (Gal 2:19).

O Espírito da Lei

O espírito da lei (a intenção da lei) é fé em Cristo (Gal 3:23-29) e pela fé Deus é glorificado com a adoração devida (João 4:23,24). O espírito da lei é a “justiça da lei” (Rom 2:26), a obediência da lei no coração (Rom 2:29) o qual Deus aprova. Pela fé em Cristo e pela nova criatura que vem por Ele (II Cor 5:17) os que entraram no espírito da lei são livres da letra da lei, pois, a letra já os matou e os conduziu a Cristo (Rom 8:2; Gal 2:20).

Os Crentes em Cristo

Os crentes, pela fé em Cristo, pelo qual observam o espírito da lei, são determinados a circuncisão verdadeira (Fil. 3:3; Rom 2:25-29). Sirvam “em novidade de espírito” e não mais na “velhice da letra” (Rom 7:6; II Cor 3:6).

As cerimônias da lei (a letra) não estão mais em força sobre o crente, mas o intento da lei (o espírito) é, e, sempre será. Se os crentes não guardam as cerimônias exteriores da letra da lei (guardar o sábado, respeito da alimentação permitida e as outras milhares regras da lei) mas, de todo o coração amam Deus e seguem o espírito da lei que é a palavra e o exemplo de Cristo (dia do Senhor, submissão a Deus, ser santo) cumprirão o desejo eterno de Deus (João 4:24).

Os que andam em Cristo são da semente de Abraão quem, pela fé, ainda na incircuncisão, creu naquele que justifica o ímpio, Jesus Cristo (Rom 4:1-17). Como Abraão obedeceu o espírito da lei pela fé (para que seja da graça, v. 16) e foi justificado diante de Deus, hoje, os que crêem em Cristo pela fé (para que seja da graça, Efés 2:8,9) também são justificados diante de Deus.

Você está submissa à letra da lei (as obras) que mata e mostra a necessidade de ser salvo pela graça de Deus, ou, está já confiando no espírito da lei (a fé em Cristo para agradar a Deus) que vivifica (Rom 8:4-11)? A sua submissão a Deus de coração está vista pela sua tessemunha pública de uma vida limpa pelo mundo afora? Eis o espírito da lei.

Conclusão

Pelo estudo da Lei de Moisés entendemos melhor o que significa a palavra ‘lei’ e de quantos tipos existem na Bíblia. Estudamos as diferenças destas leis mencionadas na Bíblia para que o servo de Deus maneja melhor a Palavra de Deus. Até o decálogo foi comparado em relação a lei para compreender que ele, em si, não residia a totalidade da lei mas era parte da lei.

As limitações da Lei de Moisés são entendidas quando qualquer procura pela obediência rígida da lei a justiça de Deus. A justiça de Deus é somente pelo Cordeiro de Deus, o Jesus Cristo, o qual a lei aponta.

A natureza e o propósito da lei foram estudados para entender como a lei foi programada ser utilizada no tempo de Israel e quais razões que ela foi promulgada.

Mas nem pela lei ser programada e promulgada para a nação de Israel ela torna ser um ensinamento obsoleto. Por causa da vontade de Deus nunca ter mudada e pelo fato do homem ser sempre um pecador a Lei de Moisés tem muitas utilidades ainda nos dias atuais. A utilidade da Lei de Moisés é entendida quando se percebe as verdades eternas existentes nela. Ela declara fielmente a realidade da santidade e a justiça de Deus, a condenação de todos que tropeçam em um só ponto dela, e a salvação perfeita por Jesus Cristo. Ela também é útil nos dias atuais para reger as sociedades pelos princípios justos que ela contém.

Considerações especiais foram tratados na consideração da atitude do crente ao respeito da lei para que ele veja uma responsabilidade não às cerimônias da lei, mas, ao espírito da lei. Mesmo o crente não tendo uma obrigação à letra da Lei de Moisés ele tem responsabilidade ao espírito da lei. O espírito da lei é a lei de Cristo que o Espírito Santo rege no crente. Pelo estudo mais preciso da lei diferenciamos a letra da lei e o espírito da lei entendendo o fato de se o Judeu ou o gentil observa só a letra da lei a condenação eterna é declarada, mas, se Judeu ou o gentil observar o espírito da lei pela fé, há justiça.

Concluimos que nunca devemos racionar que mesmo que Moisés veio antes de Cristo que nunca existia graça na lei. A graça que a lei apontava realizou se perfeitamente em Cristo.

Que todo homem seja julgado por ela e que a graça de Deus por Jesus Cristo seja validamente vista pela Lei de Moisés. Se assim se faz, o propósito da Lei de Moisés será realidade e a vontade eterna de Deus feita.

Bibliografia

- BIBLE, ONLINE, Ver 7.00, Timnathserah, Inc, 1997, Canada, www.omroep.nl/oe/bible/software/ps
- BÍBLIA SAGRADA, Editora Vida, 1981
- BÍBLIA SAGRADA, Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, São Paulo, São Paulo, Brasil, 1994
- CANRIGHT, D.M., Estudo “A Renúncia de Adventismo do Sétimo Dia” (“Seventh-day Adventism Renounced”), 1914, <http://web2.airmail.net/billtod/ch17.txt>
- CLOUD, D. W., Enciclopédia da Bíblia e da Cristandade Caminho de Vida (Way of Life Encyclopedia of the Bible and Christianity, Ver 2.0, Oak Harbor, WA, <http://wayoflife.org>
- CONCORDÂNCIA FIEL DO NOVO TESTAMENTO, Vol 1, Editor Fiel da Missão Evangélica Literária, S. J. dos Campos, São Paulo, 1994
- CRISP, Ron, Estudos em Êxodo (Studies in Exodus), EUA, 1998
- DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO, V. 2.0, um produto da Editora Nova Fronteira baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Junho, 1996
- GILL, John, Comentário da Bíblia Inteira (Commentary of the Whole Bible), Online Bible
- HODGE, Charles, Teologia Sistemática (Systematic Theology), Eerdmans Publishing, EUA, 1982
- PINK, Arthur W., A Lei e o Santo (The Law and the Saint), Chapel Library (chapel@cheney.net), Pensacola, FL, EUA, s/d
- STRONG, James, S.T.D., LL.D., Concordância Exaustiva da Bíblia (Exhaustive Concordance of the Bible, Abingdon, Nashville, EUA, 1981

*<http://www.geocities.com/athens/olympus/1563>
E-mail: cgardner@zaz.com.br*

arquivo:law.doc/seminary/March98/Catanduva, São Paulo